

A HISTÓRIA À DERIVA EM *AS NAUS*, DE LOBO ANTUNES: IDENTIDADE E CONSCIÊNCIA HISTÓRICA

Cláudio José de Almeida Mello
(UNICENTRO)

Antônio Roberto Esteves
(UNESP)

RESUMO

O romance *As naus* (1988), de António Lobo Antunes, dialoga com a História de Portugal mediante a incorporação na temática e na articulação da forma de um debate candente no seio da sociedade portuguesa contemporânea, cuja tensão consiste na natureza problemática da identidade nacional, decorrente do desenvolvimento histórico do país, no qual se confrontam o discurso da grandeza imperial perdida e a realidade de decadência econômica. O romance pode ser lido como um retrato da desilusão de um povo que não consegue mais acreditar em mitos redentores e que trata de ancorar-se em uma imagem coletiva, propiciadora do sentimento de pertença do indivíduo a um presente que não pode prescindir do passado, construído pelo discurso histórico “aquele que deu sustentação ao mito da pátria imperial. Essa relação entre presente e passado é permeada por uma dimensão política subjacente à discussão sobre o modo como o indivíduo se relaciona com o tema da perda do império, vendo-se em um país com uma história gloriosa, cuja ideia de nação se sustenta na épica dos feitos heroicos, em contraposição a um cotidiano que a desmente. Nesse processo, a perda das ilusões contribui para a rediscussão do ideal nacionalista. O diálogo com a história, articulado no discurso ficcional, trata de evidenciar a maneira como essa relação perpassa a composição da obra, especialmente através

da confluência dos tempos na narração, exprimindo um conflito interior pela criatividade discursiva, o que pode ser lido como um instrumento político de questionamento da história hegemônica.

PALAVRAS-CHAVE: literatura e história - pós-colonialismo e pós-modernismo - narrativa portuguesa contemporânea.

A Perda do Império ou Refazer a Ideia de Nação

Pode-se afirmar que a construção da História de Portugal é pautada pelas grandes navegações e seus descobrimentos, pelo império ultramarino, pela disseminação da língua portuguesa por vários continentes, pelos feitos heroicos tantas vezes cantados pelos poetas. Esses dados se assentam no imaginário português, graças, sobretudo, a um discurso oficial canônico, literário e histórico, que alcança *status* mítico, como bem soube manipular a editoração produzida durante o Estado Novo salazarista. A história recente de Portugal, por outro lado, marcada pelo fim da ditadura salazarista de mais de 40 anos, com a Revolução dos Cravos, em 1974, pela sobrecarga da guerra colonial (1961 a 1974) e consequente perda das colônias, tem seu núcleo na tomada de consciência da situação de atraso econômico, tecnológico e industrial. O posterior ingresso na União Europeia é uma tentativa, talvez também frustrada, de superação dessa situação.

Nota-se nesse arcabouço histórico, portanto, uma tensão de identidade, ainda hoje presente na sociedade portuguesa. Com esse drama ainda por resolver, sem estar bem assimilado pela memória coletiva, o indivíduo se vê diante de outro problema, que é o da passagem do centro de um império - ainda que somente no âmbito do discurso -, irradiador da altiva cultura e civilização lusíadas, para a periferia do seu próprio continente, distante de uma Europa que, embora também tenha passado por ditaduras, modernizou-se e agora posa ao lado como a “irmã rica”, ofuscando o orgulho coletivo nacional lusitano, que por isso, experimenta o sentimento de “perda do bonde da história”. Como lembra uma ensaísta portuguesa:

a conjugação do clima finissecular com o circunstancialismo do nosso percurso nacional concorre, ao nível do imaginário nacional, em geral, e do imaginário cultural e literário, em particular, para um questionamento da pátria, do seu destino presente, em função de um passado entre mitificado e real, prova-o a multiplicação, dos

anos [19]80 para cá, de oficiosos rituais rememorativos das glórias de antanho, de ensaios sobre a identidade nacional, de novas histórias de Portugal, de textos ficcionais que constituem narrativas de destino pátrio. (LIMA, 1997, p. 130).

É nesse contexto de ressaca do império que se insere boa parte do conjunto da obra de António Lobo Antunes, médico psiquiatra que serviu o exército na guerra colonial. Em *As naus* (1988), em particular, temos a confluência desses dois tempos: o do imaginário distante, de um Portugal grandioso evocado através da presença de personalidades históricas de diversas épocas, e o momento atual do país que se depara com a difícil realidade, representado por personagens ficcionais, à procura de um lugar onde sepultar o mito sebastianista, entre outros.

O romance engendra o diálogo com a História grandiloquente de Portugal do Renascimento por um prisma privilegiado e atual do povo, em que ela, a História, aparece em *flashes*, alusões, citações, referências etc., remetendo ao fato de que a memória nunca é estritamente individual, mas sim coletiva, preenchida, mesmo na mentalidade simples, por fragmentos de mitos, de textualidades históricas, de efabulações, distorções, manias etc. Exemplo disso pode ser constatado no seguinte fragmento do romance, em que a personagem Vasco da Gama rememora episódios canonizados pela história e pela literatura:

E lembrou-se de quando o chamaram ao Paço, lhe entregaram uma frota e o mandaram à Índia, ofereceram-lhe, para o ajudar, um maço de mapas de continentes inventados, pilhas de relatórios mentirosos de viajantes pedestres e um capuchinho de cilício e terço em punho, investido da tarefa específica de benzer os moribundos. Lembrou-se do Restelo de manhã, à hora da partida dos veleiros, da corte instalada num palanque com um toldo de franjas para o ver largar, das aias que beliscava às cegas nos jardins do palácio, confundindo o seu odor de pedra-pomes com a essência de passiflora da rainha. [...] Lembrou-se dos corvos que recitavam o Hino da Carta nas tabernas, lembrou-se do povo, ai, do povo a acenar bandeirinhas verdes encarnadas, da velha que me atirou uma benção angulosa de profeta ao bolinarem já para as correntes da barra [...]. (ANTUNES, 2000, p. 113).

A partir da ressaca da guerra colonial – que toda a obra de Lobo Antunes patenteia, incluindo esse livro –, perdido o império por entre as malhas da memória, o que acabou por afetar o imaginário do cidadão português comum, o romance problematiza a questão da identidade. É nesse sentido que ícones da memória nacional (AGUIAR, 2003), como

D. Sebastião, Vasco da Gama, Luís de Camões, Pedro Álvares Cabral, Diogo Cão, entre outros, povoam a narrativa como personagens comuns, submetidos a um forte processo de dessacralização, a exemplo do que acontece com o Padre Vieira, nesta passagem:

Às cinco e meia, quando a primeira claridade lutava com os candeleros da rua e os vice-reis, derrubando copos, discutiam a estratégia de Trafalgar, o padre Antônio Vieira, sempre de cachecol, expulso de todos os cabarês de Lixboa, procedia a uma entrada imponente discursando os seus sermões de ébrio, até tombar num sofá, entre duas negras, a guinchar as sentenças do profeta Elias numa veemência missionária. (ANTUNES, 2000, p. 124).

O jesuíta do século XVII, famoso por sua oratória e por defender algumas posições que não foram bem entendidas por seus contemporâneos, abandona os compêndios de história e retorna na ficção para continuar circulando pela vida boêmia lisboeta, embora sendo expulso de alguns espaços, como mostra o fragmento. Em seus sermões, ele segue proferindo sentenças, entre as quais está, como se sabe, a crença na volta do Encantado, o rei D. Sebastião.

Desse modo, o romance indica que, abalado o sistema fixo das verdades transmitidas pelo salazarismo, o cidadão comum é, em simultâneo, o herdeiro da história e o seu coveiro. Ao dar-se conta de que esteve enganado, tenta refazer-se, reescrevendo mentalmente a história ou, pelo menos, tomando consciência dela, como pode acontecer com o leitor de *As naus*. O monólogo interior, fluindo na cabeça das personagens, e talvez também passando a circular pelas cabeças dos leitores, pode modificar ambos, o que remete à questão política e histórica da transformação da consciência sobre a identidade nacional.

Essa consciência não se restringe apenas àqueles que retornaram à pátria após a diáspora, mas atinge o conjunto do povo português, na medida em que, segundo mostra o romance, o imaginário coletivo é refém do desenvolvimento histórico do país, cujo balanço é realizado em *As naus*. Há cinco séculos a pátria viu os grandes descobridores partirem e, após os últimos suspiros do império, vê o que sobrou deles regressar, para então dar-se conta de que a grandiosidade tão cantada simplesmente não existe mais (se é que alguma vez existiu fora do discurso sacralizador), dando lugar à desilusão. Mesmo a evocação do mito sebastianista parece extemporânea, embora surja na narrativa como possibilidade. Isso coloca as personagens (e também o leitor) frente a frente com a realidade cotidiana. Um excerto do romance mostra uma

imagem deteriorada de o *Desejado*: um “rei a cavalo, com cicatrizes de cutiladas nos ombros e no ventre, [...] com pulseiras de cobre trabalhado dos ciganos de Carcavelos e colares baratos de Tanger ao pescoço [...]”. (ANTUNES, 2000, p. 247).

A imagem carnavalizada do jovem rei monarca, associada visualmente aos jovens da geração *hippie*, instaura um diálogo com a história, ressaltando a dimensão política do romance, tendo em vista a importância do mito sebastianista em Portugal. Ao associá-lo ao ideário *hippie*, sua imagem passa a negar o capitalismo, defender o pacifismo e exaltar o culto à liberdade total, anulando o ideal de império, a defesa do cristianismo através da cruzada, atitude belicosa que lhe custou a vida e colocou o povo português em situação de vassalagem diante dos vizinhos espanhóis.

O sebastianismo foi um movimento místico-secular que ocorreu no país na segunda metade do século XVI como consequência da morte do jovem monarca na batalha de Alcácer Quibir, em circunstâncias que os portugueses tornaram misteriosas, dando lugar ao mito, talvez como forma de encobrir a desonra de estrondosa derrota, em 1578, fato que marca o início da perda da independência nacional para a Espanha, resultado também de transações sucessórias. A luta contra a Espanha engendra, desde o reconhecimento de Portugal como país, no século XII, um problema de identidade, reforçando a necessidade de se criarem figuras heroicas que afirmassem a superioridade dos valores nacionais, por uma população com más condições de vida e um Estado com dificuldades econômicas. Assim, o fantasma do perigo espanhol é uma ameaça constante ao imaginário lusitano.

Sem herdeiros, o trono português passou para o domínio do rei espanhol Felipe II, herdeiro distante. Com o desaparecimento do corpo de D. Sebastião, fato mal assimilado pelo povo lusitano, surgiu a lenda de que o rei ainda estaria vivo, apenas aguardando o melhor momento para voltar ao trono e afastar o domínio estrangeiro. No âmbito popular, seu mais conhecido divulgador foi o poeta Bandarra, que escreveu numeráveis versos clamando pelo retorno do *Desejado*; na esfera intelectual, o mais eminente foi o Padre Vieira. Em 1640, enfim, Portugal voltou a ser independente por meio do golpe restauracionista liderado pelos Bragança, na cidade do Porto, e o movimento começou a arrefecer. O sebastianismo, portanto, é basicamente um messianismo adaptado às condições lusas, que expressa uma inconformidade com a situa-

ção política vigente, associada a uma expectativa de salvação de cunho miraculoso, mediante a ressurreição de um morto ilustre (DIAS, 1995).

Relacionado ao patriotismo, o sebastianismo adquire, entretanto, conotação pejorativa por evocar algo que possa redimir as dificuldades presentes de forma desarticulada da realidade. Além disso, o Estado Novo usou as figuras de D. Sebastião e de D. Afonso Henriques, representado por alguns como o pai da nacionalidade portuguesa, para engrandecer a figura de Salazar.

No tempo da diegese de *As naus*, a própria Espanha parece ter desatado suas amarras e, depois de livrar-se das sombras de sua ditadura própria, emergiu como parte da Europa rica e moderna. Discutir a possibilidade da volta do *Encoberto* estabelece um interessante diálogo com a construção do nacionalismo luso.

Há no romance uma ironia aguçada em relação ao mito sebastianista, como mostra o final do romance, em que a personagem Camões e outros habitantes das ex-colônias retornados a Portugal, em penúria extrema, saem do sanatório onde tinham sido instalados pelo Estado para aguardar na praia a chegada de “um adolescente loiro, de coroa na cabeça e beijos amuados, vindo de Alcácer Quibir” (ANTUNES, 2000, p. XX), para salvar a pátria da invasão espanhola. Curiosamente trata-se de um adolescente loiro, reiterando a vasta iconografia do *Desaparecido*. Entretanto, vem do Marrocos e, apesar da coroa, possui os “beijos amuados”. Mais que reivindicar o sebastianismo, o romance parece sinalizar para sua impossibilidade, com um ceticismo peculiar à visão de certa intelectualidade portuguesa contemporânea.

Diante da impossibilidade de uma redenção por alguma figura mítica que emergisse das brumas espalhadas pelos séculos, resta um gosto amargo de desilusão que perpassa o romance, como ocorreu com os portugueses retornados da África após 1975, com a independência das ex-colônias. Um povo que teve em seu imaginário coletivo a atividade de conquistar, de imigrar, de catequizar, de “civilizar”, agora está traumatizado com a apatia em função do desenrolar da história, como aparece ficcionalizado no romance, na voz de um dos narradores, desta vez uma mulher, a esposa de Diogo [Cão]:

Nunca encalhei, no entanto, em homens tão amargos como nessa época de dor em que os paquetes volviam ao reyno repletos de gente desiludida e raivosa, com a bagagem de um pacotinho na mão e uma acidez sem cura no peito, humilhados pelos antigos escravos e pela prepotência emplumada dos antropófagos. (ANTUNES, 2000, p. 200).

O fragmento é exemplo da riqueza semântica do romance, reiterando a plurissignificação desse gênero. A sequência de adjetivos que modificam esses retornados é toda negativa, reiterando-se, no entanto, o a “prepotência emplumada dos antropófagos”. Como um barco, a mulher encalha nessa massa de frustração em que se transformaram os grandes conquistadores do passado. Merece destaque a referência aos antropófagos, prepotentes, que parecem ter efetuado uma inversão de valores. O fato de os antigos escravos aparecerem emplumados evidentemente vai além de seu antigo hábito de se adornarem dessa forma. Parece que estão enfeitados para um desfile carnavalesco, no qual, se realiza uma inversão de papéis, conforme nos ensina a teoria bakhtiniana. Antropofagia e carnavalização são dois procedimentos estilísticos de que se vale o romance para discutir o sentido da história portuguesa contemporânea e a crise de identidade que lhes amarga o peito e azeda seu humor.

Carnavalização

Um dos principais procedimentos estéticos presentes em *As naus* para representar a desilusão dos portugueses contemporâneos ante o desmoronamento do império e a inversão dos valores com os quais se identificavam é a carnavalização (BAKHTIN, 1999). Assim, no romance, como se fosse um imenso bloco carnavalesco ou um desfile de mascarados, passeiam diante dos olhos do leitor as personalidades históricas, representantes da dimensão heroica da História portuguesa, agora rebaixadas, representando um papel grotesco, como acontece com Vasco da Gama e o rei D. Manoel, no fragmento abaixo:

Tinham envelhecido tanto que a gente da cidade, que os não reconhecia, seguia estupefacta aquele casal de anciões mascarados com as roupas bizarras de um carnaval acabado, de punhal de folha à cinta, mocassins bicudos de veludo, gibões de riscas e longas madeixas cheirando a orégão de copa, em que proliferavam parasitas de outros séculos. Os miúdos da Penha de França e do Beato rodeavam-nos de uma chufa de curiosidade divertida. [...] As cores dos semáforos desorganizavam-se à sua passagem [...] O rei e o navegador, alheios ao cortejo de desocupados que os troçava, rindo-se do ceptro e da coroa de lata, caminharam ao comprido do Tejo [...]. (ANTUNES, 2000, p. 119-120).

A passagem de tão bizarros personagens produz um caos generalizado que subverte espacialidades e temporalidades, no qual predomina a total inversão dos valores até então sacralizados, dando lugar à

perplexidade ante a desorganização dos discursos e valores tidos como canônicos, mas que de repente se veem sem nenhum valor, carentes de uma reordenação total – em termos simbólicos, uma regeneração.

A exaltação de elementos grotescos também é, como se sabe, uma das formas de rebaixamento, de dessacralização. No romance, o “homem chamado Luís”, que sabemos por outros dados da narrativa referir-se a Camões, arrasta o cadáver de seu pai, a quem não consegue dar um enterro digno. Em determinado momento, seus amigos “o deixaram na toalha do jantar, em cima dos talheres e dos pratos” (ANTUNES, 2000, p. 20-21), trazendo assim o morto para o ambiente da alimentação, assinalando a regeneração bakhtiniana.

Do mesmo modo, ao longo do romance aparecem motivos escatológicos ligados ao ressurgimento da vida. Durante a viagem de Angola a Portugal, o referido caixão boiava no vômito; com o tempo, o defunto “se tornava devagarinho num lodaçal de tripas” “lembre-se da importância do intestino no grotesco de Bakhtin, local associado à vida (absorção dos alimentos) mas também à morte (produção dos excrementos); após transformar-se em líquido, os restos mortais do pai de Luís são misturados com serragem e usados como fertilizante para plantas medicinais por Garcia da Orta (importante figura do Renascimento português) “novamente, a morte sendo usada para dar lugar à vida: “Porque é que em lugar de o enterrares não mo vendes para adubo, principiei lá em casa uma experiência de purgantes nos vasos do quarto do meu sogro [...] enquanto o malandro não derreter os intestinos não descanso” (ANTUNES, 2000, p. 158); continuando o ciclo que envolve vida e morte, as plantas, que eram carnívoras, devoram os filhos de Garcia da Orta.

Ainda como procedimentos do grotesco, proliferam na narrativa os exageros, boa parte dos quais ligados ao sexo, como “a monumentalidade náutica desse pênis florido de insígnias [...] muito maior do que o seu útero” (ANTUNES, 2000, p. 223), um “imenso, inesperado mastro orgulhoso do navegante, erguido, na vertical da barriga, com todas as velas desfraldadas [...]”; os “gozos impossíveis” dos clientes da prostituta, esposa de Diogo Cão (ANTUNES, 2000, p. 203); a noite de sexo entre Diogo e sua esposa, “uma madrugada memorável, que se alongou manhã adiante até à hora do almoço” (ANTUNES, 2000, p. 223).

Nem faltam nessa caracterização a categoria carnavalesca das aberrações da natureza, como a “célebre criança de duas cabeças que viveu seis horas a maldizer do berçário as sideradas enfermeiras do

hospital” (ANTUNES, 2000, p. 174) ou a “monstruosidade dos dentes” das plantas carnívoras, além das inversões, como na animalização do humano e humanização do animal:

Os ratos que conspiravam no forro do tecto desprenderam do alto uma placa de calça, e nisto a velha, de boca aberta, *pulou como um sapo aleijado*, filou a mulata com as *pinças das garras* e arrastou-a para os túneis do Apóstolo das Índias, onde *uma criança se esganiçava* no salão decorado de azulejos do século XVII do primeiro piso, representando cenas de caça ou milagres de virgens. (ANTUNES, 2000, p. 37, grifo nosso).

Entretanto, a parca caracterização lúdica do ambiente (como nos jogos constantes, sobretudo de cartas) na dessacralização das personagens é sobrepujada pelo pessimismo que perpassa a narrativa, apresentando o espaço nacional, simbolizado pela capital Lisboa, completamente degradado, cercado pela miséria.

Mesmo sem o clima festivo do contexto de François Rabelais, estudado por Bakhtin, reconhecemos a carnavalesação em *As naus* como um rebaixamento ao nível popular do que é elevado para a elite, e o grotesco como a interposição do concreto da vida real ao abstrato dogmático do discurso dominante, representado no romance pelas personalidades históricas mais ilustres do país (Camões, Diogo Cão, Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral, D. Manoel, D. Sebastião), as quais remetem ao conjunto da história gloriosa do Portugal imperial, um país que, apesar do presente repleto de agruras econômicas e sociais, possui ainda amplos setores que vivem do passado heroico, cuja tábua de salvação mais conhecida seja talvez a lusofonia.

De fato, para um certo tipo de nacionalista português, se há algo hoje de que pode se orgulhar é a sua língua, secular e multicontinental, a qual deve ser defendida “ e até cultuada, conforme se verifica no livro de sugestivo título *Tributo à mãe língua* (BAPTISTA, 2003) “ em virtude das investidas operadas por línguas como o inglês, faladas por países poderosos. Entretanto, quando os problemas econômicos e sociais se apresentam, mesmo envolvendo povos de mesma língua, verifica-se a fragilidade do conceito pessoano de “minha pátria é minha língua”, conforme mostra Cosme (1978) aludindo ao problema dos retornados, após as independências das colônias portuguesas na África.

Nota-se, portanto, que o discurso do congraçamento linguístico e cultural entre povos irmãos convive com uma ideologia nacionalista,

baseada nos grandes feitos portugueses (a língua seria um deles), entretanto ressentida pela condição periférica do país no cenário econômico e tecnológico mundial.

Donde, em substituição à alegria do carnaval, o domínio da sensação de ressaca em *As naus*, a indicar, com o tratamento dado ao arcabouço histórico português, a necessidade de revisão da ideia de nação, em vista do “naufrágio” do modelo econômico adotado pelo país.

Identidade Nacional e Intertextualidade Histórica

Diante da problematização do conceito do Portugal Imperial desencadeado em *As naus*, em sintonia com a perspectiva pós-moderna que subjaz à narrativa, há uma subversão da ideia de nação voltada para o passado, por meio da explicitação da dimensão textual e institucional da construção da identidade nacional ao longo do tempo, procedimento que engendra considerações acerca de sua dimensão ideológica.

Para perceber como isso constitui uma crítica à alienação da consciência popular, posto que voltada para a característica imaginária e discursiva da ideia de nação, o tempo histórico, evocado do passado, e o tempo real, do presente, vivenciado pelas personagens (e que remete àquele possivelmente vivido pelos leitores) se projetam na narrativa perfazendo uma síntese histórica, a qual aponta a significação de como o presente está saturado do passado:

Aos domingos de manhã, se havia sol, o rei D. Manoel buzinava da rua, do interior de um Ford antiqüíssimo, ferrugento e descapotável, e as vizinhas, estremunhadas, espiavam em camisa o monarca de coroa de folha na cabeça e blusão de manga arregaçada, que acena a Vasco da Gama com o ceptro ordenando-lhe que descesse para seguir, Marginal fora, a discutir o Oriente num rebolar coxo de bielas, envoltos em rolos de fumo escuro de motor. (ANTUNES, 2000, p. 183).

Nessa citação observa-se um procedimento bastante usado por Lobo Antunes, qual seja: a convivência de elementos históricos de épocas passadas com objetos contemporâneos, como o “Ford”, a “Marginal” e “motor”, inexistentes na época de D. Manoel e Vasco da Gama. Esses objetos quase sempre aparecem carcomidos pelo passar do tempo: o Ford é “antiqüíssimo, ferrugento” e seu motor exala “rolos de fumo escuro”, estendendo essa degeneração às personalidades históricas.

Tendo em vista que o viés explicitado na obra é o de uma alienação caracterizada pela falta de percepção de que o mundo caminhou

mas o país pequenino ficou preso à ideia de grandiosidade, a categoria do tempo possui papel central na problematização do presente imaginário corroído por falsos mitos.

Passada a Boca do Inferno, em cujas rochas se empalavam navios de pesca transviados numa chuva de atuns e de sardinhas, [D. Manoel e Vasco da Gama] aportavam a uma esplanada tranquila para uma refeição de octogenários que a idade resumia a crepes, acordas e purês, e de cócoras num penedo, odiados pelas arvéolas das escarpas, dissertavam de viagens, dos méritos íntimos das chinesas e dos negócios do reyno. D. Manoel, de coroa nos joelhos, a coçar a cova da moleirinha com a unha, lamentava-se da miséria desta vida, pá, repara como envelhecemos tanto sem darmos conta disso, repara que já não servimos para nada [...]. (ANTUNES, 2000, p. 184).

A decrepitude do presente explicitada nesta passagem é também uma manifestação do grotesco, haja vista a fusão que este promove dos momentos mais significativos da vida e da morte, como acontece naquela altura em que Diogo Cão aparece com sua mulher, “vestidos ambos como para um baptizado ou um enterro [...] e solicitou ao capelão que os casasse” (ANTUNES, 2000, p. 147). Ao fundir o velho e o novo, o amálgama de tempos engendra um exemplo do balanço do império, marcando a presença dos séculos no presente e enfatizando a falência das velhas ideias.

A atestar o absurdo (ou a falta de sentido) do passado histórico heroico, proliferam as anacronias na narrativa, algumas jocosas, como “D. Sebastião, aquele pateta inútil de sandálias e brinco na orelha, sempre a lambar uma mortalha de haxixe, tinha sido esfaqueado num bairro de droga de Marrocos por roubar a um marica inglês, chamado Oscar Wilde, um saquinho de liamba.” (ANTUNES, 2000, p. 179). Introduzidos no presente da enunciação de forma descontextualizada, por viverem situações do passado, tudo que figura como glorioso no discurso oficial aparece em *As naus* carcomido pelo passar do tempo.

Além disso, as personagens vagam à deriva em um universo representado, exagera-o a narrativa, de pura *representação*, que já não é mais o seu. Claro que tudo na ficção é representação, mesmo no romance realista; mas em *As naus* as personagens vivem um jogo de representação no sentido teatral, às vezes sem o perceber, como naquele episódio em que “Vasco da Gama e o monarca decidiram-se por um talude junto ao rio, D. Manoel despido da coroa de lata e o manto de arminho e o marinheiro desembaraçado do peso da espada”, mas na realidade

“não passavam de anciões anônimos” (ANTUNES, 2000, p. 120). Essa ênfase marca no romance a autorreflexividade, procedimento pós-moderno utilizado para enfatizar a relatividade da representação, na medida em que explicita as condições de elaboração do relato, diferentemente da representação realista, na qual, em geral, a narrativa passa a impressão de que a história se narra por si própria, na medida em que não se questiona o poder do narrador.

Literatura e Política

A síntese histórica da aproximação entre os dois tempos, o tempo que se foi (aquele glorioso que não volta, construído mais pelo discurso institucional, histórico e literário do que pelas condições econômicas e políticas) e o atual (um tempo presente que encara de frente as mazelas do país) se manifesta na narrativa pelo pessimismo, pela ressaca, pela sensação de representação desencadeada pela autorreflexividade que impregna o romance, como se vê nos procedimentos da carnavalização, a qual constitui uma explicitação da percepção de uma identidade nacional calcada em mitos cujos discursos não se sustentam, na medida em que, dadas as condições socioeconômicas da nação no presente da enunciação, eles se revelam anacrônicos, tal qual as personagens.

A dimensão política da aproximação entre ficção e história em *As naus* pode ser compreendida quando se leva em conta referenciais do pós-modernismo: em oposição a uma literatura tradicional de linhagem realista, predomina a explicitação do aspecto artificioso da composição narrativa. A todo momento, há ações que enfatizam essa condição: “a boca do presidente *do retrato* torceu-se na careta de dor de dentes” (ANTUNES, 2000, p. 29, grifo nosso); “uma barçaça de forçados escorria, Tejo adiante, no sentido de Belém, a caminho de sua epopéia inverossímil” (ANTUNES, 2000, p. 91). A ênfase ao aspecto ficcional da história relativiza o caráter absoluto dado pelo discurso oficial às personalidades históricas e opera a aproximação entre história e ficção, evidenciando que ambas são *intertextuais*, utilizam a *linguagem* (construto humano que necessita de um intérprete, com suas pré-concepções, para dar-lhe vida), relacionam-se com o problema da *referência* e veiculam uma *ideologia* (HUTCHEON, 1991, p. 157).

Aliado à subversão do *status* das personalidades heroicas, há a relativização do discurso histórico, o que é acentuado pelo caráter fragmentário do discurso narrativo: há uma constante troca de narradores,

fruto da descentralização do sujeito, muitas vezes dentro da mesma oração, relatando situações anacrônicas, irracionais, tudo isso feito em modelos narrativos díspares, ora diminuindo a distância épica (“Por mim não tem nada que saber: arrasto a cadeira de baloiço [...], apago a luz e fico à espera [...]”, ANTUNES, 2000, p. 41), ora estabelecendo grande distanciamento com relação à ação narrada (“Era uma vez um homem de nome Luís [...]”, ANTUNES, 2000, p. 19), ora dirigindo-se a narratários (“[...] e precisamente nessa altura, estimados leitores [...]”, ANTUNES, 2000, p. 166), instado o leitor, ainda dessa forma, a participar do diálogo promovido pela narrativa.

A dessacralização da História oficial é operada no romance ainda pelo uso onipresente da paródia e da ironia, o que dá uma sensação de *farsa histórica*, reforçada na narrativa pela presença constante do circo e pelo fato de as personagens apresentarem-se como falsárias, vigaristas. As ações, caracterizadas como simulacros, conferem à heroica narrativa histórica oficial portuguesa a qualidade de engodo, conclusão permitida pelo olhar a partir do presente, após o balanço histórico arquitetado pelo romance. A sensação de ridículo a que as personalidades históricas são expostas na narrativa reforçam a ideia de enganação histórica, tal como o ridículo a que Sua Majestade D. Manoel é exposta, uma alusão crítica a Salazar:

[...] o polícia da brigada de trânsito que os mandou parar por alturas do motel de Oeiras, se apeou, a descalçar a lentidão das luvas, dos seiscentos escapes da sua motorizada japonesa e ergueu a mão num esboço vago de continência, Documentos. [...] D. Manoel procurava a carteira na blusa, nos bolsos do manto de arminho, no interior da armadura que transportava no banco traseiro do carro [...] e acabou por exhibir um pergaminho de caracteres góticos enrolados nos sucessivos sedimentos de lixo do tablier, que a polícia examinou no desinteresse com que se olham os prospectos da propaganda dos aparelhos de surdos, impingidos à saída dos cinemas por maltrapilhos favoráveis ao ruído.

– Está escrito aí que sou o dono deste país, informou o monarca com simplicidade, designando as letras. (ANTUNES, 2000, p. 185-186).

Há, portanto, no romance, uma problematização histórico-social que atua no sentido do questionamento da verdade dogmática da História oficial e problematiza ainda a dimensão imaginária, linguística e intertextual da identidade.

O Passado Retornado ao Presente

Um dos temas fortes na composição da identidade nacional presente em *As naus* refere-se ao processo de regresso dos ex-colonos de África a Portugal. As mais de quatro décadas de ditadura salazarista solaparam a economia portuguesa, fenômeno que se agravou com os catorze anos de guerra colonial. A situação que os retornados encontraram foi a de um país arruinado economicamente e com problemas de ordem social, diante das dificuldades de absorver o contingente de pessoas que regressavam das ex-colônias, uma nação que lhes era estranha e rude, tema também de outra obra de Lobo Antunes, *Os cus de Judas*.

Essa tensão social que marcou profundamente a sociedade portuguesa está presente em *As naus* de forma explícita: além de os próprios retornados não se sentirem bem com a nova situação, ninguém tampouco os queria de volta, nem suas próprias famílias (“a minha família de queixo amarrado em moedas de prata nas órbitas a fitar-me com reprovação, Este é o que foi para Luanda morar no meio dos pretos [...]”, (ANTUNES, 2000, p. 15), nem o Estado:

o governo desocupou o hospital de tuberculosos que passaram a tossir nos jardins públicos hemoptises cansadas, e vazou nas enfermarias de muros de cenas de guerra e de actos piedosos, impregnados pelo torpor da morte dos desinfetantes, dos colonos que vagavam à deriva, de trouxa sob o braço, nas imediações dos asilos, na mira de restos de sopa do jantar. (ANTUNES, 2000, p. 235).

A questão que se coloca, portanto, é a da recusa, tendo em vista o receio de que a legião de ex-colonos retornados à metrópole com seu cheiro de África usufruísse os parques beneficícios sociais e disputasse os primeiros lugares nas filas de desempregados. O romance problematiza essa realidade social, sem deixar hipóteses para uma saída de tipo mítico, como vemos no lugar destinado aos retornados na narrativa, em vista da dificuldade do país para absorvê-los: “[...] o homem de nome Luís viu pela última vez o desmedido edifício do asilo [...] e a casa mortuária repleta de múmias quitinosas, idênticas aos caimões dos museus”. (ANTUNES, 2000, p. 243-244).

Derivado da questão dos retornados, o romance problematiza a consciência nacional em torno da identidade, envolvendo o passado glorioso em contraponto com o presente do país. É aqui, a nosso ver, que reside a reflexão mais aguçada, que faz de *As naus* uma obra presente, na medida em que esse problema persiste no seio da sociedade

portuguesa contemporânea, que vive uma tensão oriunda da oposição entre o passado grandioso - criado pelo discurso institucional, histórico e literário - e a realidade. É nesse sentido que vemos a oposição na obra entre os maiores vultos da tradição portuguesa, ícones históricos do país, envolvidos no presente da enunciação em uma situação de ostensiva decadência, como “ressuscitados que povoam as trevas de Lixboa” (ANTUNES, 2000, p. 94), um lugar hostil até mesmo para o homem de nome Luís (de Camões): “os perfumes e os rumores das trevas se me tornaram estrangeiros porque ignoro esta cidade, porque ignoro estas travessas e as suas sombras ilusórias” (ANTUNES, 2000, p. 28).

Se de um lado esses recursos rebaixam a História oficial, de outro registram um espaço deteriorado, apontando um pessimismo com a situação do país. Como pensa Pedro Álvares Cabral, “a noite de Lixboa [...] cheira [...] à peste dos séculos idos.” (ANTUNES, 2000, p. 38).

Em suma, esse é um discurso social que procede a um balanço da história portuguesa e a depara com o presente, uma resposta pós-moderna à alienação do homem comum. Daí o rebaixamento daquilo que é elevado, o questionamento da História oficial, a desconstrução do discurso canônico e institucional, o rebaixamento das grandes narrativas fundadoras da gloriosa nação. A perambulação na narrativa do homem de nome Luís com o cadáver deteriorado de seu pai alegoriza a problemática questão da identidade nacional na cultura portuguesa contemporânea, devido à situação econômica do país não lhes ter permitido ainda colher as flores de sua Revolução de 1974. Com uma nova crise rondando o Tejo, não estranhe quem, sob a ótica de *As naus*, encontrar às suas margens, apesar do século XXI, algum desavisado esperando o retorno do Encoberto para salvar a pátria.

ABSTRACT

The novel *As naus* (1988), by Antonio Lobo Antunes, dialogues with the history of Portugal incorporating in the theme and in the articulation of form an existing red-hot debate in the contemporary Portuguese society, whose tension is the problematic nature of national identity, due to the historical development of the country, in which there is the confront of the discourse of imperial greatness lost and the reality of economic decline. The novel can be read as a portrait of the disillusionment of a people who can no longer believe in redemptive myths and comes to anchor itself in a collective image, propitiating the individual's feeling of belonging to a present that can not ignore the past, constructed by historical discourse - one that gave support to the myth of the imperial homeland. This relationship between past and present is permeated by a political dimension underlying the discussion of how the individual relates to the theme of loss of empire, finding himself in a country with a glorious history, whose idea of nation is sustained in the epic of heroic deeds, as opposed to a routine that belies it. In this process, the loss of illusions contributes to the renewed discussion of the nationalist ideal. The dialogue with history, articulated in fictional discourse, comes to show how this relationship permeates the composition of the narrative, especially by the confluence of the times in the story, expressing an inner conflict by discursive creativity, which can be read as a political instrument for questioning the hegemonic history.

KEY-WORDS: Literature and History - Post-colonialism and post-modernism - contemporary Portuguese narrative.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, João. **Portugal, 860 anos: figuras 1580-1926**; os portugueses mais destacados nos campos da política, das armas, da religião, da cultura e das artes. Laveiras: Edimpresa, 2003.

ANTUNES, António Lobo. **Os cus de Judas**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

_____. **As naus**. 4ed. Lisboa: Dom Quixote, 2000.

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: O contexto de François Rabelais**. Trad. Yara Frateschi Vieira. 4ed. São Paulo: Hucitec; Brasília: Universidade de Brasília, 1999.

BAPTISTA, Fernando P. do C. **Tributo à madre língua**. Coimbra: Pé de Página, 2003.

COSME, Leonel. **Cultura e revolução em Angola**. Porto: Afrontamento, 1978.

DIAS, Jorge. **O essencial sobre os elementos fundamentais da cultura portuguesa**. 3ed. Lisboa : Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1995.

HUTCHEON, Linda. **Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção**. Trad. Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

LIMA, Isabel Pires de. **Em busca de uma nova pátria: o romance de Portugal e de Angola após a descolonização**. *Via Atlântica*. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, no. 1, 1997, p. 129-141.

Recebido em: 31/05/2012.

Aceito em: 31/07/2012.